Docusign Envelope ID: 9ACBDEAB-347A-86E3-80F8-F95E7478A31A

atvos

Atvos Bioenergia Brenco S.A.

CNPJ: 08.070.566/0001-00

Relatório dos administradores

Senhores acionistas: Atendendo determinações legais e estatutárias, apresentamos a seguir as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de março 2026 e 2025, acompanhadas das correspondentes notas explicativas. As demonstrações financeiras refletem a atuação da Companhia em um exercício marcado por desafios para o setor sucroenergético. Mesmo nesse contexto, foram mantidas a solidez das operações, a continuidade dos investimentos estratégicos e a disciplina na gestão operacional, reforçando as bases para a continuidade dos negócios. São Paulo, 26 de junho de 2026.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2026	2025
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5 (a)	258.215	228.866
Aplicações financeiras	5 (b)	4.947	4.421
Contas a receber de clientes	6	151.183	269.828
Estoques	7	510.904	524.451
Adiantamentos a fornecedores	7	70.561	173.315
Ativo biológico	8	332.746	435.654
Tributos a recuperar	9	201.440	91.492
Partes relacionadas	10 (a)	176.038	25.618
Instrumentos financeiros derivativos	31	–	3.078
Outros créditos	11	155.844	14.790
Total do ativo circulante		1.861.878	1.771.513
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	5 (b)	38.415	124.077
Contas a receber de clientes	6	548	1.096
Adiantamentos a fornecedores	7	183.137	162.101
Tributos a recuperar	9	87.345	72.250
Partes relacionadas	10 (a)	398	398
Depósitos judiciais	25 (c)	5.626	4.951
Outros créditos	11	10.424	4.425
		325.893	369.298
Investimentos	12	4.350	3.806
Imobilizado	13	3.868.341	3.454.384
Direito de uso	15 (a)	968.045	1.019.373
Intangível	14	263.433	278.288
Total do ativo não circulante		5.430.062	5.125.149
Total do ativo		7.291.940	6.896.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2026	2025
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	16	288.106	260.655
Fornecedores - sujeitos ao PRJ[1]	16	1.071	825
Empréstimos e financiamentos	17	1.794	4.273
Passivos de arrendamento	15 (b)	165.927	157.838
Instrumentos financeiros derivativos	31	–	612
Salários e encargos	18	84.809	83.082
Tributos a recolher	19	14.274	19.413
Adiantamentos de clientes	20	9.817	56.536
Partes relacionadas	10 (a)	–	89
Outros débitos		19	19
Total do passivo circulante		565.817	583.342
Passivo não circulante			
Fornecedores - sujeitos ao PRJ[1]	16	442	422
Empréstimos e financiamentos	17	–	1.734
Empréstimos e financiamentos sujeitos ao PRJ[1]	17	1.691.331	1.364.744
Passivos de arrendamento	15 (b)	865.439	924.504
Instrumentos financeiros derivativos	31	–	3
Tributos a recolher	19	76.584	52.486
Provisão para contingências	25 (a)	27.101	24.156
Imposto de renda diferido passivo	23 (a)	314.545	382.988
Partes relacionadas	10 (a)	319.852	271.069
Total do passivo não circulante		3.295.294	3.022.106
Total do passivo		3.861.111	3.605.448
Patrimônio líquido	21		
Capital social		5.359.749	5.359.749
Ajuste de avaliação patrimonial		–	1.416
Prejuízos acumulados		(1.928.920)	(2.069.951)
Total do patrimônio líquido		3.430.829	3.291.214
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.291.940	6.896.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

[1] Plano de Recuperação Judicial encerrado em 15 de setembro de 2023.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2026	2025
Receitas	26	3.174.934	3.056.998
Custo dos produtos e serviços vendidos	27	(2.539.646)	(2.120.811)
Lucro bruto		635.288	936.187
Despesas com vendas	27	(16.954)	(9.840)
Despesas administrativas e gerais	27	(160.951)	(195.467)
Resultado de participações societárias	12	544	495
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	5.953	(127.558)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		463.880	603.817
Receitas financeiras	29	79.017	76.283
Despesas financeiras	29	(456.761)	(350.382)
Variações cambiais, líquidas	29	(12.502)	(210)
Resultado financeiro, líquido		(390.246)	(274.309)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		73.634	329.508
Imposto de renda e contribuição social correntes	23 (c)	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23 (c)	67.397	(137.551)
Lucro líquido do exercício		141.031	191.957
Lucro básico e diluído por ação - em Reais	21 (f)	3.811,65	5.188,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Lucro líquido do exercício		141.031	191.957
Outros resultados abrangentes:			
Valores a serem posteriormente reconhecidos no resultado financeiro:			
Resultado com instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*	31.1(d)	(2.462)	2.462
Tributos diferidos sobre *hedge* e outros	31.1(d)	1.046	(1.046)
Resultado abrangente do exercício		139.615	193.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		141.031	191.957
Ajustes para:			
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	27	1.412.472	1.295.460
Variação no valor justo de ativos biológicos	27	1.103	(151.336)
Valor justo de CBIOs		(9.649)	13.275
Resultado de participações societárias	12	(544)	(495)
Resultado de ativo imobilizado e direito de uso baixados	13	12.249	112.553
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas	17	292.438	203.231
Ajuste a valor presente sobre passivos de arrendamento	15(b)	120.633	101.939
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(8.325)	801
Provisão atualização de depósitos judiciais		315	(2.580)
Constituição de provisão para contingências, líquidas		4.537	11.064
Imposto de renda e contribuição social	23(c)	(67.397)	137.551
Provisão para perdas de crédito esperadas		623	214
Provisão para redução ao valor de realização		4.727	(10.097)
Amortização ajustes a valor justo Tranche A - aditivo PRJ	17	34.444	34.444
		1.938.657	1.937.981
Variações em:			
Contas a receber de clientes		118.570	(218.301)
Estoques e adiantamentos a fornecedores		(121.755)	(297.668)
Instrumentos financeiros derivativos		1	(1)
Tributos a recuperar		(125.043)	(50.299)
Depósitos judiciais		(990)	1.795
Outros créditos		(144.401)	4.500
Fornecedores	32	(5.151)	13.508
Salários e encargos		1.727	(15.705)
Tributos a recolher		18.959	20.095
Provisão para contingências - liquidações		(1.592)	(25.904)
Adiantamento de clientes		(46.719)	48.349
Outros débitos		–	(129)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		1.632.263	1.418.221
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	17	(431)	(3.400)
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento e parcerias agrícolas	32	(132.057)	(113.056)
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.499.775	1.301.765
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		85.136	(107.879)
Partes relacionadas		(97.818)	207.708
Aquisições do imobilizado	32	(381.535)	(447.334)
Aquisições do intangível	14	(5.022)	(42.214)
Novas plantações de ativos biológicos	32	(539.002)	(366.051)
Tratos culturais de ativo biológicos	8	(352.471)	(286.985)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento		(1.290.712)	(1.042.755)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas	32	(183.962)	(148.233)
Amortização de empréstimo e financiamentos - principal	17	(4.077)	(4.686)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento		(188.039)	(152.919)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		21.024	106.091
Caixa e equivalentes de caixa			
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		8.325	(801)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		228.866	123.576
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		258.215	228.866
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		21.024	106.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial – Outros resultados abrangentes	(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de abril de 2024		6.190.288	–	(2.261.908)	3.928.380
Redução de capital	10(a)(c)	(830.539)	–	–	(830.539)
Resultados abrangentes:					
Ganho líquido com instrumentos financeiros designados como *hedge accounting* (i)	31.1(d)	–	1.416	–	1.416
Lucro do exercício	12(b)(iii)	–	–	191.957	191.957
Saldos em 31 de março de 2025		5.359.749	1.416	(2.069.951)	3.291.214
Resultados abrangentes:					
Perda líquida com instrumentos financeiros designados como *hedge accounting* (i)	31.1(d)	–	(1.416)	–	(1.416)
Lucro do exercício	12(b)(iii)	–	–	141.031	141.031
Saldos em 31 de março de 2026		5.359.749	–	(1.928.920)	3.430.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(i) Efeito reflexo da adoção da prática de *hedge accounting* e efeitos de instrumentos derivativos contratados pela Companhia, conforme Notas 3.2(D) e 30.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de março de 2026
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: (a) A Atvos Bioenergia Brenco S.A. (adiante referida como “Brenco” ou “Companhia”), constituída em 15 de fevereiro de 2005, possui sede no município de São Paulo e unidades operacionais nos municípios de Costa Rica/MS, Alto Taquari/MT, Perolândia/GO e Mineiros/GO, tendo como objeto social a importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente cana-de-açúcar, etanol e seus subprodutos, e a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica. A controladora direta da Companhia é a Atvos Agroindustrial Participações S.A., a qual detêm 100% do capital social da Companhia, e tem como controlador final a Soneva Partners Participações Ltda. (“Soneva Partners”). A Companhia possui 4 unidades operacionais nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e têm capacidade de moagem instalada de 13,8 milhões de toneladas de cana por ano, tendo sido processadas 11,0 milhões de toneladas de cana no exercício findo em 31 de março de 2026 (10,8 milhões de toneladas, em 31 de março de 2025). A Companhia, sua, até então, controladora indireta a Atvos Agroindustrial S.A., e sua controladora direta, Atvos Agroindustrial Participações, e as demais empresas do grupo, Santa Luzia, Alcídia, Pontal, Rio Claro, Eldorado e Conquista do Pontal apresentaram em conjunto, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Atvos com seus integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem o Grupo Atvos atua conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019, a qual tem efeito retroativo à data da distribuição do Pedido. O Grupo Atvos apresentou tempestivamente a versão final do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) nos autos do processo, e, em Assembleia Geral de Credores (“AGC”) realizada em 20 de maio de 2020 colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperandas. Os credores aprovaram a consolidação substancial de sete Recuperandas, sendo apenas a recuperação judicial das Recuperandas Santa Luzia e Conquista do Pontal tratadas em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas. No dia 17 de agosto de 2020, o juízo competente concedeu a recuperação judicial do Grupo Atvos, tendo sido aprovado um Plano de Recuperação Judicial Consolidado e Planos Individuais para as Recuperandas Santa Luzia e Conquista do Pontal. A referida decisão foi publicada em 20 de agosto de 2020. Em 15 de setembro de 2023, o juízo competente proferiu decisão decretando o encerramento da recuperação judicial do Grupo Atvos, bem como homologou os Aditamentos aos Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas, os quais previram (i) uma nova estrutura de pagamentos da dívida, tanto para os credores quirografários não financeiros (fornecedores), quanto para os credores financeiros (bancos), alongando o prazo para pagamento da dívida remanescente até dezembro de 2042; (ii) os termos e condições para realização de novo investimento; e (iii) as regras de gestão do Grupo Atvos, após a troca de controle. Tal decisão foi publicada em 20 de setembro de 2023. Informações adicionais a respeito dos Planos de Recuperação Judicial foram divulgadas nas notas explicativas nº 16 e 17. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano. **Reforma Tributária:** Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, a qual substituirá gradualmente PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pelo Imposto Seletivo (IS), tendo parte de sua implementação regulamentada em 16 de janeiro de 2025 pela Lei Complementar nº 214/2025. A legislação complementar estabeleceu período de transição de 2026 a 2032, durante o qual os sistemas atual e novo coexistem. Em 2026, primeiro ano da transição, não há recolhimento de CBS e IBS e a apuração da alíquota teste é realizada apenas para fins informativos; a mudança efetiva da carga tributária inicia-se gradualmente a partir de 2027, com a introdução progressiva das alíquotas dos novos tributos e a redução escalonada dos tributos atuais, até a substituição integral prevista para 2033. Para o ano de 2026, a única exigência é o destaque informativo de CBS e IBS nas notas fiscais, requisito com o qual a Companhia está em conformidade. Ainda, definição de alíquotas, regimes setoriais aplicáveis ao agronegócio, regras de creditamento e parâmetros de transição ainda depende de regulamentação complementar. A Companhia mantém monitoramento contínuo da regulamentação complementar e a avaliação dos potenciais impactos e serão refletidos nas demonstrações financeiras assim que forem publicadas normas definitivas que se apliquem às operações da Companhia. Consequentemente, não há qualquer efeito registrado nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2026. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (Práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis adotadas pela Companhia, incluindo as mudanças, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 26 de junho de 2026. ***2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação:*** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. ***2.2 Uso de estimativas e julgamentos:*** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. *(i) Julgamentos:* As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: 12- Investimentos em sociedades controladas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida. *(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:* Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir: **Valor justo dos ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado nas Notas 3.2(K) e 8. **Perda por impairment estimada do ágio e outros ativos:** A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de valores recuperáveis dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos imobilizado e intangível de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que foi atribuído o ágio inclui também o uso de estimativas e requer um grau significativo de julgamento da Administração. Para mais detalhes, vide Notas 3.2(I) e 14. **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudo de viabilidade técnica. **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. É utilizado a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, não negociados em mercados ativos. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificado como *hedge* para fins contábeis na data da operação. **Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado e intangível:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **Provisão para contingências:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide Nota 25. **Taxa incremental dos passivos de arrendamento a pagar:** A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 15. *(iii) Mensuração do valor justo:* Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC”, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e • Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 8 - Ativos biológicos; e • Nota explicativa 31 - Instrumentos financeiros. **3. Políticas contábeis: 3.1 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2. **3.2 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. ***a. Moeda estrangeira:*** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados aos instrumentos designados em operações de hedge de fluxo de caixa, quando são incluídos na conta de “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionados às operações de hedge de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado, dentro do resultado financeiro, nas rubricas, “Juros passivos”, “Variação cambial passiva (ou ativa)” e “Variação monetária passiva (ou ativa)”. Os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado, na conta de “Receitas financeiras”, nas rubricas, “Rendimento com aplicações financeiras”, conforme Nota 29. ***b. Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. ***c. Ativos financeiros:*** *Classificação:* A Companhia classifica e mensura seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultados (VJR), conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A classificação deve levar em consideração o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratados. *Reconhecimento e mensuração:* As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado, dentro de “Receitas e despesas financeiras” na rubrica “Ajuste a valor de mercado” (Nota 29). Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado, na conta de “Outras despesas operacionais, líquidas” como “Ganhos e perdas de títulos de investimento”. Os juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de “Receitas e despesas financeiras”, na rubrica “Outras receitas (despesas) financeiras”. A Companhia avalia na data do balanço se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, a perda esperada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo projetado, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas. *Compensação de instrumentos financeiros:* Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Impairment de ativos financeiros:* Para os ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia no encerramento do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado ou se há evidência objetiva de perdas futuras. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantem ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. ***d. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:*** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado sendo, subsequentemente, remensurados. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. Instrumentos financeiros não derivativos são dívidas captadas em moeda estrangeira, para financiamento, direto ou indireto, das exportações. Tais dívidas são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa e são reconhecidas no passivo pelo custo amortizado com as variações periódicas referentes à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas estrangeiras registradas no patrimônio líquido, na conta de “Ajuste de avaliação patrimonial”. A Companhia adota a prática contábil de *hedge accounting,* podendo também, em algumas situações, os instrumentos de *hedge* serem contratados no contexto das operações consolidadas do Grupo Atvos. Nesse contexto, as demonstrações financeiras individuais das controladas do Grupo são ajustadas, quando aplicável, para fins de cálculo de equivalência patrimonial e consolidação, objetivando o alinhamento das práticas contábeis do Grupo Atvos. Assim como os derivativos classificados como *hedge*, o reconhecimento destas variações no resultado do exercício é registrado compensando a variação correspondente na sua receita de exportação. A Companhia pode designar os instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos como: • *Hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou • *Hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa). A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de riscos e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a doze meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a doze meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. Os financiamentos em moeda estrangeira designados para *hedge accounting* são classificados no passivo circulante através do custo amortizado. As amortizações que possuem vencimento acima de doze meses são registradas no passivo não circulante. Para propósito de *hedge*, a Companhia, ampara-se na Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, classificando os instrumentos financeiros aplicáveis como *hedge* de fluxo de caixa. Conforme a Política, periodicamente são realizados testes prospectivos com o objetivo de comprovar a efetividade das operações. *Hedge de valor justo:* As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo quando e se contratadas, são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco “*hedge*ado”. A Companhia só pode aplicar a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swap* de taxa de juros de proteção contra empréstimos com taxas fixas, o ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva e as variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas no resultado financeiro do exercício. Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método da taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o exercício até o vencimento. *Hedge de fluxo de caixa:* As parcelas efetivas das variações no valor justo de derivativos e das variações cambiais dos financiamentos em moeda estrangeira, que foram designadas e qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidas no patrimônio líquido, na conta de “Ajuste de avaliação patrimonial”. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado. Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado, nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio líquido naquele momento permanece no patrimônio líquido e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente refletida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado financeiro do exercício (Nota 29). *Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Certos instrumentos derivativos podem não se qualificar para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente como resultado financeiro do exercício. ***e. Contas a receber de clientes:*** Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, e se aplicável, estão apresentadas no ativo não circulante. Inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. ***f. Estoques:*** São demonstrados ao custo médio das compras, produção ou pelos valores dos adiantamentos, ajustados, quando necessário, por provisão para perda estimada na sua realização. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte. Os gastos com manutenção, que aumentam a vida útil dos ativos por mais um ano e desde que não passíveis de capitalização, e a depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos Estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra. Créditos de descarbonização (CBIOs) é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhia. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de Custo dos produtos vendidos. Após a mensuração inicial, o CBIOs, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pela Companhia, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 - Estoques. Ao final do exercício a Companhia faz a comparação entre o custo de estoque do CBIOs e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*. ***g. Depósitos judiciais:*** Para os casos com passivo constituído, são apresentados como dedução do valor do passivo correspondente, se não houver possibilidade de resgate, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. Não havendo passivo constituído, os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante. ***h. Demais ativos:*** Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo. *Ativos mantidos para venda:* Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos mantidos para venda encontram-se registrados na rubrica Outros créditos, no ativo não circulante. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método. ***i. Ativos intangíveis:*** *Ágio:* O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. Os ágios foram contabilizados antes de 31 de março de 2009, ou seja, antes da alteração ocorrida nas práticas contábeis, e são representados pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil da empresa adquirida. Caso seja apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data de aquisição da empresa. O ágio é testado anualmente para verificar sua recuperabilidade (teste de *impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou grupo de UGCs, para fins de teste de *impairment,* dependendo do beneficiário da combinação de negócios da qual o ágio se originou. *Softwares:* As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável ou expectativa de utilização do ativo. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e os de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada ou expectativa de utilização do ativo. *Amortização:* A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. As taxas das vidas úteis estimada ponderadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias anuais de amortização 2026	2025
Outorga e leilão de energia	3,45	3,45
Software	20,01	20,01

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. ***j. Imobilizado:*** As terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas as lavouras de cana-de-açúcar e onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas da Companhia e não sofrem efeito de depreciação. As plantas de produção (plantas que serão utilizadas como suprimento de produtos), de acordo com o CPC27, são contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo e, portanto, classificadas como ativo imobilizado sendo mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perda por *impairment*. Edifícios e benfeitorias correspondem, substancialmente, às construções dos prédios da indústria, da sede administrativa e de outras benfeitorias em imóveis rurais. As máquinas e equipamentos agrícolas correspondem aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas atividades de plantio, tratos culturais e colheita. Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico deduzida a depreciação acumulada, conforme facultado pela Lei no 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - “Adoção Inicial da Lei no 11.638/07”. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil, identificado, de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto quando ocorridos no período de entressafra, quando são classificados em Estoques, na conta “Custos a apropriar do período de entressafra”, e apropriados ao custo de produção durante a safra seguinte, para as manutenções anuais. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. As taxas das vidas úteis estimada ponderadas do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias anuais de depreciação 2026	2025
Equipamentos e instalações industriais	4,96	4,98
Edifícios e benfeitorias	2,98	3,01
Planta portadora	16,67	16,67
Máquinas e equipamentos agrícolas	10,89	10,80
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,33	8,33
Terras	N/A	N/A
Móveis e utensílios	7,10	6,90
Veículos	9,94	9,45
Equipamentos de informática	11,01	10,95

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para a conta de prejuízos acumulados. Os custos dos juros sobre recursos tomados para financiar a construção de ativos ou determinados projetos, qualificáveis, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo ou projeto para o uso pretendido, quando aplicável. ***k. Ativos biológicos:*** Os ativos biológicos compreendem os custos com tratos culturais da cana soca e a diferença entre o custo contábil da lavoura e o seu valor justo, sendo amortizados no compasso da colheita. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 8. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado como custo dos produtos vendidos. ***l. Impairment de ativos não financeiros:*** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*. ***m. Contas a pagar aos fornecedores:*** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. ***n. Empréstimos e financiamentos:*** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos recursos são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez, e instrumentos financeiros de dívida, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre os empréstimos e financiamentos é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, inclusive nos casos de descumprimento contratual que impliquem no vencimento antecipado de todo o passivo, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço. ***o. Provisões:*** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo e, portanto, atualização do passivo, é reconhecido como despesa financeira. ***p. Provisões para processos judiciais:*** A Companhia reconhece provisões para processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários) em que são parte envolvidas, com base na avaliação da probabilidade de perda realizada por seus assessores jurídicos, baseando-se nas leis, jurisprudências e evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente. ***q. Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios correntes são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e, de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, aplicando-se às alíquotas da legislação vigente de 34%. Estes impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis sejam suficientes para compensar os créditos fiscais advindos das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com projeções de resultados elaboradas, e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. Os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos são

continua →★

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 20/07/2026 22:39:40 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://www.diariodenoticias.com.br/publicidade-legal/index.php

Docusign Envelope ID: 9ACBDEAB-347A-86E3-80F8-F95E7478A31A

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de março de 2026 - Atvos Bioenergia Brenco S.A. *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. ***r. Reconhecimento de receita:*** A Companhia gera receita principalmente pela venda de produtos derivados do processo de industrialização da cana-de-açúcar. A receita é reconhecida no momento da transferência da propriedade do produto vendido pelo valor considerado pela Companhia como provável do recebimento da contraprestação à qual tem direito. A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme nota explicativa nº 26. A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, armazenagem, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. ***s. Receitas e despesas financeiras:*** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • receita de juros e variações monetárias; • despesa de juros e variações monetárias; • rendimento sobre aplicações financeiras e caixa restrito; • descontos obtidos e concedidos; • o valor justo dos ganhos e perdas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuro estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo financeiro (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. ***t. Direito de uso e passivos de arrendamento:*** A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuírem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale a taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou de valor imaterial não foram enquadrados no escopo da norma. ***u. Adiantamentos de clientes:*** Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes. ***v. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:*** Compostas, principalmente, pela venda de ativos imobilizados e por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários). ***w. Benefícios à empregados:*** *Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *Planos de contribuição definida:* As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. ***x. Subvenção governamental:*** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado. A parcela reconhecida no resultado é reclassificada entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de subvenção para investimentos. ***y. Capital social:*** *Ações ordinárias:* O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido, conforme nota explicativa n° 21. *Dividendos:* O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% dos lucros líquidos ajustados nos termos da lei ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme nota explicativa n° 21. **4. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025 (no caso da Companhia a partir de 1º de abril de 2025). A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (no caso da Companhia a partir de 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40 (R2)). **5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos em três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Rendimento anual	2026	Rendimento anual	2025
Caixa e bancos - no Brasil	–	3.943	–	276
Aplicações financeiras: no Brasil:				
CDBs	100,74% CDI	11.582	100,43% CDI	30.241
Fundos de investimento (i)	101,53% CDI	166.311	103,34% CDI	179.835
		177.893		210.076
Caixa e bancos - no exterior (moeda estrangeira - nota 31.a)	–	53.669		17.494
Margem de garantia - no Brasil (iii)	–	22.710	–	–
Margem de garantia - no exterior (moeda estrangeira - nota 31.a) (ii)	–	–	–	1.020
		22.710		1.020
		258.215		228.866

(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos e liquidez diários. (ii) Os depósitos de margem em operações com derivativos se referem às chamadas de margens em bolsa de mercadorias, expostas, substancialmente, à variação do dólar norte-americano. (iii) Os depósitos de margem em operações com derivativos se referem às chamadas de margens em bolsa de mercadorias. Na safra 25/26, parte do valor das operações em moeda nacional são remuneradas a 101,00% do CDI. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 31.

b. Aplicações financeiras

	Rendimento anual	2026	Rendimento anual	2025
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras: no Brasil:				
CDBs	96,02% CDI	4.947	99,89% CDI	4.421
Fundos de investimento (i)	101,03% CDI	38.415	101,02% CDI	124.077
		43.362		128.498
Ativo circulante		4.947		4.421
Ativo não circulante		38.415		124.077

(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos diários e vencimentos superiores a 3 meses. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 31. **6. Contas a receber de clientes:** O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Nota	2026	2025
Contas a receber - no Brasil (moeda nacional)			
- de clientes		84.401	240.684
- de partes relacionadas	10 (a)	9.041	1.537
		93.442	242.221
Contas a receber - no exterior (moeda estrangeira - nota 31.a)			
- de clientes		61.629	31.420
		61.629	31.420
Provisão para perdas de crédito esperadas:			
- de clientes		(3.340)	(2.717)
		(3.340)	(2.717)
		151.731	270.924
Ativo circulante		151.183	269.828
Ativo não circulante		548	1.096

A Companhia não tem títulos cedidos como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes.
A análise do vencimento das contas a receber de clientes é como segue:

	2026	2025
A vencer:	141.481	269.643
Vencidos:		
- até 30 dias	2.585	297
- de 31 a 60 dias	390	–
- de 61 a 90 dias	272	2
- de 91 a 180 dias	4.318	–
- de 181 a 360 dias	2.258	317
- acima de 360 dias	3.767	3.382
	13.590	3.998
	155.071	273.641

A provisão para perdas de crédito esperada foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, negociações em andamento com base na avaliação dos assessores jurídicos. A Companhia tem por procedimento realizar provisão complementar, baseada na perda apurada nos últimos dois exercícios em relação à receita operacional líquida. A provisão para perdas de crédito esperada é considerada suficiente pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação para os exercícios sociais findos em 31 de março de 2026 e 2025, estando assim demonstrada:

	2026	2025
Saldo no início do exercício	(2.717)	(2.503)
(Adições)	(639)	(1.198)
Baixa e reversões	16	984
Saldo no final do exercício	(3.340)	(2.717)

7. Estoques e adiantamentos a fornecedores

	2026	2025
Produtos acabados - Etanol	110.109	86.187
Créditos de descarbonização - CBIOs (i)	1.753	63.721
Custos a apropriar do período de entressafra (iv)	311.223	289.219
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção (v)	87.819	85.324
Total em Estoques	510.904	524.451
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar (ii)	248.035	239.281
Adiantamentos - compra de insumos e outros (iii)	5.663	96.135
Total em Adiantamentos a fornecedores	253.698	335.416
Ativo circulante		
Estoques	510.904	524.451
Adiantamentos a fornecedores	70.561	173.315
Ativo não circulante		
Adiantamentos a fornecedores	183.137	162.101

(i) RenovaBio - CBIOs: em 31 de março de 2026, a Companhia possuía 82.660 CBIOs emitidos e ainda não comercializados (1.202.017 CBIOs, em 31 de março de 2025). A comercialização desses títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. A Companhia comercializou no exercício findo em 31 de março de 2026 o montante de 2.050,5 mil CBIOs (56,0 mil CBIOS, em 31 de março de 2025) com impacto de R$94.137 (R$ 4.864, em 31 de março de 2025) na receita bruta. (ii) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar estão relacionados aos contratos de fornecimento de cana-de-açúcar. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar (matéria-prima) desses parceiros. (iii) Refere-se substancialmente a adiantamentos realizados para a aquisição de óleo diesel para utilização nas safras. (iv) Referem-se a gastos com manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, que são apropriados no resultado da safra seguinte. Abaixo demonstramos as movimentações ocorridas no exercício:

	2026	2025
Saldos no início do exercício	289.219	317.591
Adições	364.757	335.330
Depreciação	(342.753)	(363.702)
Saldos no final do exercício	311.223	289.219

(v) Os estoques do almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção, consideram a previsão de utilização e consumo segundo a projeção de plantio e moagem do próximo ciclo. Em 31 de março de 2026 e 2025, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e das provisões de estoques obsoletos e com giro lento. As movimentações das referidas perdas para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 estão demonstradas abaixo e foram reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica "Custo dos produtos vendidos":

	2026	2025
Saldo no início do exercício	(2.003)	(12.100)
(Adições)	(6.378)	(1.339)
Reversões	1.651	11.436
Saldo no final do exercício	(6.730)	(2.003)

A Companhia está atualmente em negociação com o objetivo de realizar a venda de seus estoques obsoletos e com giro lento de almoxarifado a uma *cleantech*. As provisões para perda desses estoques consideram os valores prováveis realizáveis que resultarão desta negociação. **8. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo, após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais seis safras. A mensuração do valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável ("ATR")) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola (passivos de arrendamento); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida a conta "custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar. Em 31 março de 2026 e 2025, as principais premissas foram utilizadas na determinação valor justo, determinado pelo nível 3 da hierarquia de valor justo foram:

	2026	2025
Área total estimada de colheita (ha)	121.657	111.453
Produtividade prevista (ton./ha)	77,24	80,29
Quantidade de ATR por ton., de cana-de-açúcar (kg)	143,13	145,02
Preço médio projetado de ATR (R$)	0,9704	1,0313

Em 31 de março de 2026, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 9,26% a.a. (9,92% a.a. em 31 de março de 2025). A redução da taxa de desconto impacta no aumento do valor justo dos ativos biológicos. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras.

a. Composição

	2026			2025
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ativo biológico (lavoura cana-de-açúcar)	457.199	(119.894)	337.305	282.511
Valor justo (lavoura cana-de-açúcar)	(4.559)	–	(4.559)	151.336
Ativo biológico (lavoura demais culturas)	–	–	–	1.807
	452.640	(119.894)	332.746	435.654

b. Movimentação do ativo biológico

	2026			2025		
	Cana-de-açúcar	Demais culturas	Total	Cana-de-açúcar	Demais culturas	Total
Saldo inicial dos ativos biológicos	433.846	1.808	435.654	333.612	–	333.612
Aumentos decorrentes de tratos	351.675	796	352.471	282.926	4.059	286.985
Variação no valor justo	(1.103)	–	(1.103)	151.336	–	151.336
Reduções decorrentes da colheita	(451.672)	(2.604)	(454.276)	(334.027)	(2.252)	(336.279)
Saldo final dos ativos biológicos	332.746	–	332.746	433.847	1.807	435.654

c. Riscos regulatórios e ambientais: A Companhia é sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Administração estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos. **d. Risco de oferta e demanda:** A Companhia está exposto aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A Administração realiza análises de tendência regulares do setor para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada. **e. Riscos climáticos e outros:** Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar (principal fonte de matéria-prima para a produção de etanol, demais derivados de cana-de-açúcar e cogeração de energia elétrica), que requer um período de 12 a 18 meses para maturação e início da colheita, a qual ocorre entre os meses de abril e dezembro, gerando certas flutuações nos estoques e no suprimento desta matéria-prima por impactos de condições climáticas adversas. Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a Companhia está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região centro-oeste e sudeste do Brasil. O período de colheita anual de cana-de-açúcar nessas regiões do Brasil é chamado de safra e tem início em abril e maio e termina em novembro e dezembro. Isso cria flutuações nos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a abril), e um certo grau de sazonalidade no lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais das empresas desse setor. As contas de resultado ficam sujeitas a sazonalidade no primeiro trimestre do exercício social, período de início de moagem nas regiões centro-oeste e sudeste, quando o custo operacional por unidade produzida tende a ser maior devido ao baixo nível de sacarose da cana-de-açúcar colhida neste período. Adicionalmente, devido à maior oferta de produtos durante a safra, é observado uma oscilação no preço das *commodities*, sendo que historicamente na entressafra (período sem moagem) os preços são superiores frente à média da safra. **f. Análise de sensibilidade do valor justo:** A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R$ 113.486 (R$ 61.100 em 31 de março de 2025). Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R$ 40.833 (R$ 43.667 em 31 de março de 2025).

9. Tributos a recuperar

	2026	2025
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	250.359	134.721
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS")	14.137	11.433
Programa de integração social - ("PIS")	2.943	2.212
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	18.573	12.774
Instituto Nacional do Seguro Social - ("INSS")	2.265	2.328
Créditos tributários - REINTEGRA	394	49
Outros tributos a recuperar	114	225
	288.785	163.742
Ativo circulante	201.440	91.492
Ativo não circulante	87.345	72.250

Os tributos a recuperar foram classificados entre circulante e não circulante conforme melhor expectativa de realização desses tributos pela Administração, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos e ressarcimento dos mesmos em espécie, nos termos da legislação vigente. **10. Partes relacionadas: Operações com pessoal-chave da Administração:** ***Remuneração de pessoal-chave da Administração:*** O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício social findo em 31 de março de 2026 a título de benefícios de curto prazo foram de R$ 24.805 (R$ 25.301, em 31 de março de 2025), registrados no grupo de despesas administrativas, e incluem salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indireto. ***Benefícios a empregados:*** A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, farmácia, educação, plano de previdência privada (nota explicativa nº 22), entre outros. A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR/PLRO), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e os critérios de definição e a distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Os montantes referentes a benefícios a empregados são registrados em despesas administrativas, despesas com vendas e custo do produto vendido no resultado. Além do plano de previdência privada (Vexty), mencionado na nota explicativa nº 22, a Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho. ***Outras transações com partes relacionadas:*** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 2025, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios sociais findos em 31 de março de 2026 e 2025 relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de acionistas e companhias ligadas ao mesmo grupo econômico. Essas transações são realizadas no melhor interesse do Grupo Atvos como um todo e não necessariamente de uma entidade isolada. ***a.*** *Resumo dos saldos com partes relacionadas*

	Nota	2026	2025
No ativo circulante			
Em contas a receber de clientes - mercado interno			
Atvos Bioenergia Alcídia S.A. ("DASA")	(a)	661	597
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	1.472	–
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	6	–
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	5.901	–
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. ("Rio Claro")	(a)	1.001	940
	6	9.041	1.537
Partes relacionadas			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(b)	4.038	915
Atvos Bioenergia Alcídia S.A. ("DASA")	(b)	175	167
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(f)	45.000	262
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(b)	52.951	262
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(b)	5.909	13.346
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(b)	61.843	2.425
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. ("Rio Claro")	(b)	4.648	8.503
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(b)	196	–
Atvos Biometano Santa Luzia S/A ("Biometano")	(b)	1.278	–
		176.038	25.618
Total no ativo circulante		185.079	27.155
No ativo não circulante			
Partes relacionadas			
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(e)	254	254
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. ("Rio Claro")	(e)	144	144
Total no ativo não circulante		398	398
No passivo circulante			
Fornecedores			
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	–	286
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	–	162
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	–	15
		–	463
Partes relacionadas			
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(b)	–	89
		–	89
Total no passivo circulante		–	552
No passivo não circulante			
Fornecedores			
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	174	174
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	59	59
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	8	8
		241	241
Partes relacionadas			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(d)	319.852	271.069
		319.852	271.069
Total no passivo não circulante		320.093	271.310

b. *Transações relevantes no exercício*

	Nota	2026	2025
Vendas de mercadorias e serviços			
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	877	1.047
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	1.564	2.074
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	4.974	1.256
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. ("Rio Claro")	(a)	2.414	2.194
		9.829	**6.571**
Compras de mercadorias e serviços			
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	(599)	(4.257)
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	(12.839)	(7.161)
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	(287)	(1.188)
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. ("Rio Claro")	(a)	(1.833)	(3.109)
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(a)	–	(54)
		(15.558)	**(15.769)**
Repasse de despesas do corporativo			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(b)	(11.665)	(10.555)
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(b)	(251)	(1.168)
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(b)	54.027	47.113
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. ("Rio Claro")	(b)	44.559	34.825
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(b)	54.648	47.957
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(b)	57.044	39.421
Atvos Bioenergia Alcídia S.A. ("Alcídia")	(b)	1.482	830
		199.844	**158.423**
Receitas financeiras			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(c)	–	3.842
		–	**3.842**
Outras receitas e despesas, líquidas			
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	5	–
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	16	–
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. ("Rio Claro")	(a)	–	(422)
		21	**(422)**

(a) Referem-se a saldos a receber ou a pagar (receita/custo) sobre comercialização de produtos entre empresas do Grupo Atvos, ajustes realizados sobre saldos a receber/pagar entre empresas do grupo, classificados em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. (b) Refere-se, substancialmente, ao contrato de compartilhamento de despesas firmado entre as empresas do Grupo Atvos. Esses saldos são realizados no curso normal das operações. (c) Refere-se a extinção do contrato de conta corrente ("Caixa Único") ocorrida em 12 de junho de 2024, onde a Atvos Par, gestora do caixa, formalizou junto à Companhia e suas demais controladas diretas, sendo a posição em aberto entre as controladas e a Atvos Par, amortizadas mediante movimentação de capital pela Atvos Par. (d) Refere-se a recursos tomados pela Companhia, na modalidade CPR-F. A operação foi reestruturada em 28 de julho de 2016, onde definiu-se a remuneração escalonada, variando de 115% a 125% do CDI até o seu vencimento final, em 15 de março de 2029. (e) Refere-se saldos inseridos no Plano de Recuperação Judicial, o qual possui condições determinadas para sua realização, até que haja o pagamento dos credores externos, sendo vetado o desembolso de caixa entre as recuperandas para amortização desses saldos. (f) Em 25 de março de 2026 a Companhia formalizou junto a sua parte relacionada, Conquista do Pontal, Termo da 2ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, Quirografárias, de distribuição privada, no valor total de emissão de R$ 45.000, com valor nominal de R$ 1 (um mil reais) o qual será utilizado pela controlada para investimentos e capital de giro, não será atualizado monetariamente e não incorrerá juros. A referida emissão ocorreu em 26 de março de 2026 e terá vencimento em parcela única, no dia 16 de setembro de 2026.

11. Outros créditos

	2026	2025
Participação em Direitos Creditórios (i)	135.550	–
Seguros a apropriar	9.632	5.403
Venda fundo agrícola	8.067	–
Outras despesas antecipadas a apropriar (TI)	8.288	7.730
Valores a recuperar Recuperação Judicial (Juízo universal)	2.945	2.705
Adiantamentos a integrantes	1.077	767
Ativos mantidos para venda	193	291
Sinistros a receber	–	1.551
Provisões de energia	32	–
Adiantamentos a fornecedores - Mercado interno	443	332
Notas de crédito - Terceiros	31	31
Outras contas a receber	10	405
	166.268	19.215
Ativo circulante	155.844	14.790
Ativo não circulante	10.424	4.425

(i) Refere-se à aquisição de participações em direitos creditórios de curto prazo originados de operações comerciais de terceiros, firmada pela Companhia. Em 31 de março de 2026, a Companhia detinha participações em recebíveis no valor de US$ 26.061 mil, adquiridos com deságio e vencimento inferior a dois meses. O resultado dessas operações está representado pela realização do deságio apurado entre o valor de aquisição dos créditos e seus respectivos valores de liquidação no vencimento. **12. Investimentos:** Nenhuma das coligadas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores. O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em coligadas:

	2026	2025
Investimento em coligada avaliada por equivalência patrimonial		
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	4.350	3.806
	4.350	3.806

a. Movimentação dos saldos de investimentos em coligadas

	2025	Resultado com equivalência patrimonial	2026
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	3.806	544	4.350
	3.806	544	4.350
	2024	**Resultado com equivalência patrimonial**	**2025**
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	3.311	495	3.806
	3.311	495	3.806

b. Informações das investidas
Os quadros abaixo apresentam um sumário das informações financeiras da coligada.

Empresa	Participação %	Total do ativo 2026	Total do ativo 2025	Total do passivo 2026	Total do passivo 2025	Patrimônio líquido 2026	Patrimônio líquido 2025	Resultado 2026	Resultado 2025	Resultado com equivalência patrimonial 2026	Resultado com equivalência patrimonial 2025
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)	0,34	1.715.097	1.445.163	428.004	318.994	1.287.093	1.126.169	216.474	175.677	544	495
		1.715.097	1.445.163	428.004	318.994	1.287.093	1.126.169	216.474	175.677	544	495

(i) Conforme o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial. **13 Imobilizado:** O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados. Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, de seis a oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

a. Composição

	2026			2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos e instalações industriais	2.769.608	(1.668.220)	1.101.388	1.116.185
Edifícios e benfeitorias	1.022.670	(464.958)	557.712	581.323
Planta portadora	1.239.781	(107.712)	1.132.069	981.941
Planta portadora em formação	290.869	–	290.869	176.729
Máquinas e equipamentos agrícolas	674.382	(332.274)	342.108	230.955
Benfeitorias em imóveis de terceiros	188.147	(185.065)	3.082	7.937
Terras	72.027	–	72.027	72.027
Móveis e utensílios	84.729	(56.575)	28.154	24.271
Veículos	230.243	(58.504)	171.739	64.313
Equipamentos de informática	56.794	(18.649)	38.145	18.269
Imobilizado em andamento	131.048	–	131.048	180.434
	6.760.298	(2.891.957)	3.868.341	3.454.384

b. Movimentação do imobilizado

	2025	Adições	Baixas	Transferências (iii)	Depreciação	2026
Equipamentos e instalações industriais	1.116.185	1.577	–	118.683	(135.057)	1.101.388
Edifícios e benfeitorias	581.323	5	(5)	17.224	(40.835)	557.712
Planta portadora	981.941	–	(7.999)	433.666	(275.539)	1.132.069
Planta portadora em formação	176.729	547.805	–	(433.665)	–	290.869
Máquinas e equipamentos agrícolas	230.955	259	(4.245)	157.071	(41.932)	342.108
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.937	–	–	–	(4.855)	3.082
Terras	72.027	–	–	–	–	72.027
Móveis e utensílios	24.271	–	–	6.892	(3.009)	28.154
Veículos	64.313	–	–	123.971	(16.545)	171.739
Equipamentos de informática	18.269	–	–	22.587	(2.711)	38.145
Imobilizado em andamento (ii)	180.434	399.695	–	(449.081)	–	131.048
	3.454.384	949.341	(12.249)	(2.652)	(520.483)	3.868.341
	2024	**Adições**	**Baixas (i)**	**Transferências (iii)**	**Depreciação**	**2025**
Equipamentos e instalações industriais	1.179.195	334	(112.495)	193.690	(144.539)	1.116.185
Edifícios e benfeitorias	606.510	–	–	15.054	(40.241)	581.323
Planta portadora	851.329	28.009	–	350.682	(248.079)	981.941
Planta portadora em formação	161.360	366.051	–	(350.682)	–	176.729
Máquinas e equipamentos agrícolas	155.646	162	(58)	107.461	(32.256)	230.955
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15.027	–	–	–	(7.090)	7.937
Terras	71.427	–	–	600	–	72.027
Móveis e utensílios	12.573	–	–	13.987	(2.289)	24.271
Veículos	37.345	–	–	33.825	(6.857)	64.313
Equipamentos de informática	11.282	–	–	8.760	(1.773)	18.269
Imobilizado em andamento (ii)	136.010	418.829	–	(374.405)	–	180.434
	3.237.704	813.385	(112.553)	(1.028)	(483.124)	3.454.384

(i) No decorrer do exercício social findo em 31 de março de 2025, a Companhia contratou empresa independente especializada para a realização de inventário físico das máquinas e equipamentos industriais, para a avaliação do seu real valor, por substituição de componentes e duplicidades de manutenções realizadas ao longo de suas vidas úteis. Como resultado desta avaliação, a Companhia apurou uma baixa de R$ 109.945, líquida de depreciação, registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". (ii) Com o objetivo de atingir e expandir a capacidade instalada das unidades operacionais, a Companhia vem realizando uma série de investimentos, como aumento de plantio, tratos, fertirrigação, reposição de frotas agrícolas, automação da tubulação de vinhaça, sistema de monitoramento de solo, expansão de tanque. Parte substancial desses investimentos tem previsão de serem concluídos no decorrer da safra 26/27. (iii) A Companhia tem por procedimento a avaliação constante de seus ativos, bem como a análise de renovação e venda deles em leilões. No decorrer das safras 24/25 e 25/26 a Companhia identificou e segregou novos ativos no montante de R$ 2.652 em 31 de março de 2026 (R$ 1.028 em 31 de março de 2025), os quais foram disponibilizados para venda, e estão classificados no balanço patrimonial na rubrica "Outros créditos", no ativo não circulante. Esses ativos estão sendo incluídos no processo de venda em leilões futuros, os quais deverão ocorrer no decorrer da safra 26/27. No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Em 31 de março de 2026 a Companhia possuía ativo imobilizado, correspondentes a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais, planta portadora e propriedades que foram dados em garantia em operações de financiamentos bancários junto às instituições financeiras no montante de R$1.489.354 (R$1.718.400 em 31 de março de 2025). Em 31 de março de 2026 a Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual, e não identificou a necessidade de provisão para perda adicional nas demonstrações financeiras. **14. Intangível: a. Composição**

	2026			2025
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio sobre investimentos (i)	9.545	–	9.545	9.545
Demais intangíveis:				
Outorga e leilão de energia (ii)	387.513	(173.107)	214.406	226.373
Software	53.733	(27.863)	25.870	33.609
Intangível em andamento	13.612	–	13.612	8.757
Licenças ambientais	–	–	–	4
	464.403	(200.970)	263.433	278.288

b. Movimentação do intangível

	2025	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2026
Ágio sobre investimentos (i)	9.545	–	–	–	–	9.545
Demais intangíveis:						
Outorga e leilão de energia (ii)	226.373	–	–	(11.967)	–	214.406
Software	33.609	–	–	(7.901)	162	25.870
Intangível em andamento	8.757	5.017	–	–	(162)	13.612
Licenças ambientais	4	5	–	(9)	–	–
	268.743	5.022	–	(19.877)	–	253.888
	278.288	5.022	–	(19.877)	–	263.433
	2024	**Adições**	**Baixas**	**Amortização**	**Transferências**	**2025**
Ágio sobre investimentos (i)	9.545	–	–	–	–	9.545
Demais intangíveis:						
Outorga e leilão de energia (ii)	256.808	–	–	(30.434)	–	226.374
Software	5.153	–	–	(4.984)	33.438	33.607
Software em desenvolvimento	–	42.214	–	–	(33.456)	8.758
Licenças ambientais	–	–	–	(14)	18	4
	261.961	42.214	–	(35.432)	–	268.743
	271.506	42.214	–	(35.432)	–	278.288

(i) Os ágios provenientes de investimentos apresentados no ativo intangível são fundamentados em rentabilidade futura e tem sua recuperabilidade testada anualmente. (ii) Refere-se ao pagamento de outorga pelo direito concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica, que é amortizada pelo período do contrato, com vencimento em 2044. ***Redução ao valor recuperável do ágio:*** De acordo com as disposições do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor recuperável de ativos, o ágio é submetido ao teste de perda do valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda do valor recuperável é realizado ao final do mês de março de cada exercício. Em 31 de março de 2026, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ágios. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para os próximos 05 anos, em base real, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de etanol, custos operacionais, incluindo aqueles relacionados à geração de energia, além de outros dados macroeconômicos e premissas da administração, além da determinação das taxas de desconto. Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados de 31 de março de 2026):

Unidades Geradoras de Caixa	Taxa de Crescimento real na perpetuidade (i)	Taxa de desconto nominal
Brenco	5,00%	12,12%

(i) O modelo não considera o crescimento nominal.
Em 31 de março de 2026, ao avaliar o resultado dos testes do valor recuperável dos ágios, a administração não encontrou necessidade de registrar provisões para perdas por redução ao valor recuperável.
Análise de sensibilidade
Considerando o fluxo de caixa descontado projetado, em 31 de março de 2026, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem LAJIDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução/aumento no valor recuperável das UGCs. Com base nas sensibilidades efetuadas, as seguintes reduções das margens LAJIDA ou aumento das taxas de desconto seriam necessárias para que o valor em uso igualasse o valor contábil da Companhia:

	Mudanças requeridas no *carrying amount* para igualar ao montante recuperável
Taxas de desconto	7,4%
Margem LAJIDA	21,7%

15. Direito de uso e passivos de arrendamento
Em 31 de março 2026 e 2025, os saldos atribuídos aos direitos de uso são representados por:
a. Direito de uso

	2026			2025
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Parcerias agrícolas	1.354.377	(418.290)	936.087	961.571
Terras	–	–	–	160
Máquinas e equipamentos	79.283	(51.703)	27.580	51.137
Veículos	15.613	(12.049)	3.564	5.214
Imóveis	1.857	(1.043)	814	1.291
	1.451.130	(483.085)	968.045	1.019.373

A movimentação do direito de uso durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias agrícolas	Terras	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Imóveis	Total
Saldos em 1º de abril de 2024	953.876	936	57.961	740	–	1.013.513
Adições por novos contratos e remensurações (i)	190.932	623	18.835	10.632	1.771	222.793
Baixas	(34.217)	–	(4.549)	(62)	–	(38.828)
Depreciação	(149.020)	(1.399)	(21.110)	(6.096)	(480)	(178.105)
Saldos em 31 de março de 2025	961.571	160	51.137	5.214	1.291	1.019.373
Adições por novos contratos e remensurações (i)	282.754	377	(4.324)	6.241	86	285.134
Baixas	(136.660)	–	–	–	–	(136.660)
Depreciação	(171.578)	(537)	(19.233)	(7.891)	(563)	(199.802)
Saldos em 31 de março de 2026	936.087	–	27.580	3.564	814	968.045

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contatos de arrendamento de parceria agrícola. **b. Passivo de arrendamento:** Em 31 de março 2026 e 2025, os passivos de arrendamento são representados por:

continua

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 20/07/2026 22:39:55 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://www.diariodenoticias.com.br/publicidade-legal/index.php*

Docusign Envelope ID: 9ACBDEAB-347A-86E3-80F8-F95E7478A31A

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de março de 2026 - Atvos Bioenergia Brenco S.A. *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2026			2025
	Custo	Ajuste a valor presente	Líquido	Líquido
Parcerias agrícolas	1.535.411	(545.065)	990.346	1.014.282
Terras	–	–	–	1.671
Máquinas e equipamentos	42.134	(5.613)	36.521	59.037
Veículos	3.661	(122)	3.539	5.997
Imóveis	1.075	(115)	960	1.355
	1.582.281	(550.915)	1.031.366	1.082.342
Passivo circulante			165.927	157.838
Passivo não circulante			865.439	924.504

A movimentação dos passivos de arrendamento durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias agrícolas	Terras	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Imóveis	Total
Saldos em 1º de abril de 2024	991.520	1.558	63.772	877	–	1.057.727
Adições por novos contratos e remensurações (i)	190.932	623	18.835	10.632	1.771	222.793
Amortização de principal	(123.432)	(510)	(18.488)	(5.387)	(416)	(148.233)
Amortização de juros	(102.519)	(38)	(9.632)	(702)	(165)	(113.056)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	91.998	38	9.099	639	165	101.939
Baixas	(34.217)	–	(4.549)	(62)	–	(38.828)
Saldos em 31 de março de 2025	1.014.282	1.671	59.037	5.997	1.355	1.082.342
Adições por novos contratos e remensurações (i)	282.754	377	(4.324)	6.241	86	285.134
Amortização de principal	(156.926)	(2.048)	(18.192)	(8.699)	(481)	(186.346)
Amortização de juros	(122.480)	(183)	(9.372)	(1.575)	(127)	(133.737)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	109.376	183	9.372	1.575	127	120.633
Baixas	(136.660)	–	–	–	–	(136.660)
Saldos em 31 de março de 2026	990.346	–	36.521	3.539	960	1.031.366

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contatos de arrendamento de parceria agrícola.
Os saldos a pagar (juros futuros inclusos) tem a seguinte composição de vencimento:

	2026	2025
1º ano	165.927	157.838
2º ano	153.977	160.967
3º ano	159.820	149.695
4º ano	161.788	153.168
5º ano	164.027	152.729
A partir do 6º ano	225.827	307.945
	1.031.366	1.082.342

16. Fornecedores

	Nota	2026	2025
Fornecedores - no Brasil:			
- materiais, serviços, investimentos e outros		244.967	213.890
- cana-de-açúcar e parcerias agrícolas		43.137	44.780
- produtos acabados		–	628
- PRJ		1.272	1.006
- partes relacionadas	10 (a)	–	463
- partes relacionadas - PRJ	10 (a)	241	241
		289.617	261.008
Fornecedores - no exterior (moeda estrangeira - nota 31.a):			
- materiais, serviços, investimentos e outros		2	894
		289.619	261.902
Passivo circulante			
Fornecedores		288.106	260.655
Fornecedores - sujeitos ao PRJ[1]		1.071	825
Passivo não circulante			
Fornecedores - sujeitos ao PRJ[1]		442	422

[1] Créditos inseridos no Plano de Recuperação Judicial, o que fora encerrado em 15 de setembro de 2023, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os saldos remanescentes, conforme aditamento do PRJ homologado em 19 de setembro de 2023, possuem as mesmas condições previstas para os créditos financeiros da Tranche A, tendo como indexador para sua atualização CDI (100%), e vencimento final previsto para 20 de dezembro de 2042. A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa 31.
17. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são demonstrados líquidos dos custos incorridos na transação.

Modalidade[2] e classificação de acordo com o PRJ	Nota	Encargos anuais vigentes: Taxa	Encargos anuais vigentes: Indexador	Moeda	2026	2025
Finem	(a)					
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	483.819	410.605
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	426.568	362.018
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	442.769	375.768
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	(117.939)	(151.687)
					1.235.217	996.704
Crédito Agroindustrial	(b)					
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	46.326	39.316
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	(4.037)	(5.193)
Não submetidos ao PRJ		9,38%	–	BRL	1.794	5.382
					44.083	39.505
Capital de giro	(c)					
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	240.362	203.989
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	(20.949)	(26.944)
					219.413	177.045
CDCA e CPR-F	(d)					
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	70.449	59.788
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	(6.140)	(7.897)
					64.309	51.891
Capital de giro sindicalizado	(e)					
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	83.235	70.640
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	(7.255)	(9.331)
					75.980	61.309
Finame	(f)					
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	60.932	51.977
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	(6.809)	(8.305)
Não submetidos ao PRJ		9,68%	–	BRL	–	625
					54.123	44.297
					1.693.125	1.370.751
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos					1.794	4.273
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos					–	1.734
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ					1.691.331	1.364.744

CDI: Certificado de Depósito Interbancário
PRJ: Plano de Recuperação Judicial
Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 31.
[1] Conforme nota explicativa nº 1, em 15 de setembro de 2023 o juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo proferiu decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial. O juiz também homologou o aditamento ao plano de recuperação do Grupo Atvos, iniciado em maio de 2019, o qual foi publicado no Diário da Justiça no dia 20 de setembro de 2023. O referido aditamento alterou toda a estrutura de pagamentos dos créditos da Tranche A, alongando o prazo para pagamento de dezembro de 2034 para 2042, e reduzindo os juros originalmente determinados em 115% CDI para 100% do CDI, além de outras alterações qualitativas relevantes, como: (i) a capitalização integral de juros ao principal até 31 de dezembro de 2025; (ii) amortizações trimestrais de juros, limitadas à 6% ao ano, sendo o saldo superior capitalizado ao principal, com projeção de liquidação na última parcela do plano; (iii) amortizações de principal com pagamentos trimestrais a partir de 20 de março de 2026, sendo 0,75% nos primeiros 6 anos e aumentando gradativamente o percentual de liquidação até a última parcela, considerando o saldo teórico; (iv) criação do saldo teórico, o qual considera-se o saldo inicial do plano somado ao valor de juros capitalizados até 31 de dezembro de 2025, sem abater os valores já pagos nos planos (antigo e/ou atual), tendo assim o valor-base para cálculo dos percentuais de principal a quitar, até o final do plano; (v) as parcelas liquidadas (Tranche A) do plano original, serão utilizadas como créditos para quitações das primeiras parcelas do novo plano, projetando desembolso de caixa somente a partir de março 2027; e (vi) previsão de amortizações extraordinárias, as quais serão apuradas no encerramento do exercício social da Companhia, iniciando a partir de 31 de março de 2024, e pago até 30 dias após emissão das demonstrações financeiras ou final do mês de julho do respectivo ano, dos dois o menor, sendo o valor abatido das últimas parcelas previstas nos termos do referido aditivo. Com a extinção das referidas obrigações, conforme determina o CPC 48 - Instrumentos financeiros, foram reciclados para o resultado financeiro os custos de transação não amortizados correspondentes à dívida extinta, somando R$14.577. A nova dívida foi inicialmente registrada a valor justo, tendo sido apurado um *haircut* de R$87.954, reflexo da mudança da taxa de juros apurada da data do pedido de recuperação judicial até a data de modificação, e um ganho de valor justo de R$663.591, considerando o método de fluxo de caixa descontado. A taxa de desconto considerada como mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi estimada adicionando à taxa básica de juros o risco de crédito obtido da análise de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante a qual a Companhia possuía após a saída da recuperação judicial e homologação do aditivo do PRJ em 19 de setembro de 2023. A metodologia da estimativa de valor justo foi de nível 2. [2] As modalidades acima informadas referem-se às das operações originalmente realizadas. Após inclusão dos referidos créditos ao QGC (Quadro Gerado de Credores) do PRJ, todas as operações passam a ter as características e classificações descritas no referido Plano. (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola. (b) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio. (c) Linhas de crédito contratadas para financiamento de capital de giro. (d) As CPR-Fs (Cédulas de Produto Rural Financeiras) foram emitidas com a finalidade de alongamento de capital de giro e ampliação de lavoura. (e) O CDCA tem como lastro uma CPR-F e foi feito via emissão privada, garantido pelo fluxo de recebíveis de contratos de fornecimento de etanol das controladas. (f) Linha de repasse de recursos do BNDES, contratada junto a um sindicato de bancos.(g) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas. Na tabela a seguir é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício (descontado dos efeitos do valor justo no reconhecimento inicial):

	2026	2025
Saldo no início do exercício	1.370.751	1.141.162
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–
Amortização de principal	(4.077)	(4.686)
Amortização de juros	(431)	(3.400)
Juros, variação cambial e monetária, líquidas	292.438	203.231
Amortização valor justo Tranche A	34.444	34.444
Saldo no final do exercício	1.693.125	1.370.751

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento (desconsidera efeitos do valor justo):

	2026	2025
2º ano	68.032	16.551
3º ano	68.032	59.268
4º ano	68.032	59.268
5º ano	68.032	59.268
6º ano	73.701	59.268
7º ano	90.709	64.206
A partir do 8º ano	1.831.188	1.659.489
	2.267.726	1.977.318

Valor justo dos empréstimos: Em 31 de março de 2026, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R$ 1.598.300 (R$ 1.145.117, em 31 de março de 2025) e os saldos contábeis que totalizam R$ 1.693.125 (R$1.370.751, em 31 de março de 2025). **Garantias:** Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens, conforme divulgado na nota explicativa nº 13. ***Covenants:*** Em 31 de março de 2026 e 2025 a Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras.
18. Salários e encargos

	2026	2025
Provisão de participação nos lucros e resultados	35.708	38.131
Provisão de férias e encargos	37.327	34.638
Provisão de 13º salário e encargos	7.299	6.909
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS")	3.253	2.003
Salários a pagar	1.210	1.401
Outros	12	–
	84.809	83.082

19. Tributos a recolher

	2026	2025
Instituto Nacional de Seguro Social - ("INSS")	16.819	13.857
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ("ICMS")	3.873	3.952
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - ("COFINS")	32.589	20.699
Programa de Integração Social - ("PIS")	7.293	4.501
Imposto de Renda Retido na Fonte - ("IRRF")	2.850	6.204
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB")	24.320	20.472
Demais tributos a recolher	3.114	2.214
	90.858	71.899
Passivo circulante	14.274	19.413
Passivo não circulante (i)	76.584	52.486

Os tributos a recolher classificados no passivo não circulante tem exigibilidade suspensa, decorrente de processos judiciais onde há a concessão de medida liminar, tutela antecipada, depósito judicial ou sentença proferida que afasta a exigência da cobrança de crédito tributário, assim como na esfera administrativa a qual possui defesa ou recurso ainda com julgamento pendente, situações em consonância com o previsto pelo art. nº 151, do CTN. **20. Adiantamentos de clientes:** Em 31 de março de 2026 e 2025, os montantes registrados no passivo circulante, se referem, substancialmente, a adiantamentos para entrega futura de etanol e energia. Quando aplicável, os saldos de contas a receber e adiantamentos de clientes são apresentados pelo valor líquido.

	2026	2025
Adiantamentos de clientes - no Brasil:		
Mercado interno - clientes	9.817	56.536
Passivo circulante	9.817	56.536

21. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de março de 2026 e 2025 o capital social subscrito da Companhia é de R$ 5.359.749, dividido em 37.249 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da controladora direta da Companhia, Atvos Agroindustrial Participações S.A. **b. Ajuste de avaliação patrimonial:** Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto destes valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. Em 31 de março de 2026 e 2025, correspondem, basicamente, aos efeitos de aplicação do *hedge accounting* (Nota explicativa nº 31). **c. Reserva legal:** Reserva legal - calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei n° 6.404/76, quando aplicável. **d. Destinação do resultado:** De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurado o pagamento dos dividendos mínimos, não inferiores a 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal. Contudo, conforme cláusula 10.5 do Aditamento ao PRJ, a Companhia somente poderá distribuir dividendos a partir de 2027. Adicionalmente, a Companhia avalia os impactos e a necessidade de constituição de reservas de incentivos fiscais na medida em que a Companhia venha a apurar lucro contábil. **e. Resultado por ação:** De acordo com o CPC 41 - Resultado por ação, a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	2026	2025
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	141.031	191.957
Ações em circulação (milhares)	37	37
Lucro básico e diluído por ação - em Reais	3.811,65	5.188,03

22. Planos de previdência privada: A Companhia mantem convênio de adesão com a VEXTY, entidade fechada de previdência privada, instituída pela antiga controladora, Novonor, constituindo-se suas patrocinadoras conveniadas. A VEXTY proporciona aos seus participantes, um plano de contribuição definida, pelo qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da VEXTY estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes, que somam 1.956 integrantes em 31 de março de 2026 (1.925 integrantes, em 31 de março de 2025). Em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2026 somaram R$ 6.264 (R$ 5.545, em 31 de março de 2025) e dos participantes R$ 13.291 (R$ 11.751, em 31 de março de 2025). Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração da Companhia avaliou como não aplicável a adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.
23. Imposto de renda e contribuição social: a. Composição dos saldos

	Imposto de renda 2026	Imposto de renda 2025	Contribuição social 2026	Contribuição social 2025
Créditos				
Prejuízos fiscais e bases negativas (i)	3.094.299	3.060.090	3.017.143	2.985.011
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	30.544	30.678	30.544	30.678
Instrumentos financeiros derivativos (NDF/Swap)	–	615	–	615
Variação do valor justo do ativo biológico	4.559	–	4.559	–
Variação do valor justo de CBIOs	14	9.662	14	9.662
Provisão para participação nos lucros e resultados	35.708	38.131	35.708	38.131
Passivos de arrendamento	1.031.367	1.082.341	1.031.367	1.082.341
Provisão para perdas de crédito esperadas	3.340	2.717	3.340	2.717
Provisão para perdas por redução ao valor realizável dos estoques	6.730	2.003	6.730	2.003
Provisões diversas (iii)	2.713	4.365	2.713	4.365
Outros ajustes	11	4	11	4
Total-base de créditos	4.209.285	4.230.606	4.132.129	4.155.527
Crédito tributário registrado (i)	341.132	375.533	122.808	135.192
Crédito tributário não registrado (i)	711.188	682.119	249.083	238.805
Débitos				
Diferenças temporárias:				
Depreciação Acelerada Incentivada (ii)	(742.956)	(841.360)	(742.956)	(841.360)
Instrumentos financeiros derivativos (NDF/Swap)	–	(3.078)	–	(3.078)
Variação do valor justo do ativo biológico	–	(151.336)	–	(151.336)
Direito de uso	(968.045)	(1.019.373)	(968.045)	(1.019.373)
Valor justo Tranche A - Aditivo PRJ - Nota 17	(576.395)	(610.839)	(576.395)	(610.839)
Atualização de depósito judiciais	(2.264)	(2.580)	(2.264)	(2.580)
Total-base de débitos	(2.289.660)	(2.628.566)	(2.289.660)	(2.628.566)
Débitos diferidos totais registrados (34%)	(572.415)	(657.142)	(206.070)	(236.571)
Total líquido	(231.283)	(281.609)	(83.262)	(101.379)
Total IR/CS diferidos classificados no passivo não circulante			(314.545)	(382.988)

(i) Em 31 de março de 2026 e 2025, considerando a expectativa da administração e de acordo com as premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa, a Companhia mantém impostos diferidos ativos registrados até o limite de realização, com base nas projeções futuras de lucro tributável e limitando os valores de realização ao limite de reversão das diferenças temporárias passivas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. (ii) A Companhia utiliza o benefício da depreciação acelerada incentivada rural, prevista no art. 314 do Decreto nº 3.000/99, que consiste no aproveitamento fiscal integral, no próprio ano, dos gastos incorridos com formação da lavoura de cana-de-açúcar e aquisição de implementos agrícolas registrados no ativo imobilizado. (iii) Refere-se substancialmente aos efeitos do reconhecimento de receitas de acordo com o CPC 47.
Os impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	2026 Ativo	2026 Passivo	2025 Ativo	2025 Passivo	Resultado 2026	Resultado 2025
Débitos						
Prejuízos fiscais e bases negativas	–	–	–	–	–	–
Diferenças temporárias:						
Depreciação Acelerada Incentivada	75.782	(252.605)	85.819	(286.062)	23.420	(127.074)
Instrumentos financeiros derivativos (NDF/Swap)	–	–	314	(1.047)	(313)	313
Direito de uso	329.135	(329.135)	346.587	(346.587)	–	–
Variação do valor justo do ativo biológico	–	–	15.436	(51.454)	36.018	(19.241)
Valor justo CBIOs	–	–	–	–	–	859
Valor justo Tranche A - Aditivo PRJ - Nota 17	58.792	(195.974)	62.306	(207.685)	8.197	8.199
Valor justo de aplicações financeiras	–	–	–	–	–	8
Atualização de depósito judiciais	231	(771)	263	(878)	75	(615)
Total-base de débitos	463.940	(778.485)	510.725	(893.713)	67.397	(137.551)
		(314.545)		(382.988)		

b. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2026	2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.634	329.508
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(25.036)	(112.033)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
- Equivalência patrimonial	185	168
- Subvenção estadual	106.398	99.860
- Vendas de CBIOs	27.206	1.406
- Bônus a dirigentes	–	(2.951)
- Indébito tributário - SELIC (i)	185	436
- Crédito Tributário Reintegra	117	17
- Outras exclusões/(adições) permanentes, líquidas	(2.830)	(1.891)
- Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	(39.347)	(125.858)
- Programa de alimentação ao Trabalhador (PAT)	519	3.295
Despesa com imposto de renda e contribuição social	67.397	(137.551)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	-91,5%	41,7%
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	67.397	(137.551)

(i) A Companhia possui ações judiciais com decisões favoráveis, ainda sem trânsito em julgado, amparando a exclusão da incidência tributária de IRPJ e CSLL relativo a atualização Selic (juros de mora e correção monetária) incidentes sobre os indébitos tributários. O embasamento jurídico pela exclusão também é fundamentado pelo julgamento da matéria pelo STF no âmbito do Recurso Extraordinário nº 1.063.187, transitado em julgado, a qual declarou a inconstitucionalidade da sua incidência. **24. Compromissos:** Na data das demonstrações financeiras atuais, a Companhia têm os seguintes compromissos firmados para safras futuras:

	até um ano	de dois a três anos	acima de três anos
Energia (MWh)	479.664	733.200	29.280
Etanol (m³)	707.277	506.012	–
Bagaço de cana de açúcar (ton.)	40.000	–	–

A Companhia possui compromissos de venda de energia no âmbito do mercado livre, com prazo de suprimento até novembro de 2030. A Companhia ainda se encontra em fase de negociação para a renovação de outros contratos para a próxima safra. Consequentemente, na data de encerramento destas demonstrações financeiras, os respectivos compromissos não puderam ser mensurados para divulgação. **25. Provisões para contingências:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada decorrente de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação com uma estimativa confiável do valor. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras atuais. **a. Provisionadas:** A Companhia, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	2026	2025
Processos trabalhistas	6.664	6.251
Processos cíveis	14.245	14.050
Processos ambientais	2.707	18
Processos tributários	3.485	3.837
Passivo não circulante	27.101	24.156

As movimentações das contingências provisionadas no exercício estão apresentadas conforme segue:

	Tributários	Trabalhistas	Cíveis e ambientais	Total
Saldo em 1º de abril de 2024	1.484	10.565	26.947	38.996
Adições	8.129	3.655	8.206	19.990
Reversões	(4.439)	(2.802)	(1.685)	(8.926)
Utilizações	(816)	(5.731)	(19.395)	(25.942)
Saldos cobertos por depósitos judiciais	(521)	564	(5)	38
Saldo em 31 de março de 2025	3.837	6.251	14.068	24.156
Adições	495	5.562	3.925	9.982
Reversões	(1.368)	(3.203)	(874)	(5.445)
Utilizações	(2.380)	(2.093)	(197)	(4.670)
Saldos cobertos por depósitos judiciais	2.901	147	30	3.078
Saldo em 31 de março de 2026	3.485	6.664	16.952	27.101

Na data das demonstrações financeiras, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte: ***Processos trabalhistas:*** As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: *(i)* diferenças de horas extras; *(ii)* supressão do intervalo intrajornada; *(iii)* adicionais de periculosidade e insalubridade; e *(iv)* indenização por danos morais. Em 31 de março de 2026, a Companhia era parte envolvida em 173 processos trabalhistas (179 em 31 de março de 2025), com prognóstico de perda provável. ***Processos cíveis e ambientais:*** Referem-se a: *(i)* indenizações de natureza diversa; *(ii)* sanções administrativas ambientais impostas em razão de incêndio ocorrido em área destinada ao cultivo de cana-de-açúcar, cuja legalidade e exigibilidade vêm sendo contestadas judicialmente, ocasião em que foram realizados depósitos judiciais dos valores objeto de discussão; e *(iii)* honorários de sucumbência a serem pagos aos advogados das partes contrárias. ***Processos tributários:*** Referem-se a: (i) exigência de multa por suposta omissão de cobertura cambial relacionada à exportação; (ii) cobrança do adicional de 20% sobre a contribuição ao SENAI, em razão da cia ter superado 500 integrantes do período cobrado; (iii) glosa de créditos de PIS e COFINS; (iv) cobrança de ICMS operação exportação; e (v) glosa de crédito ICMS CIAP e outros. Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas ao imposto de renda de exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva das declarações de imposto de renda no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Dessa forma, com base na opinião de seus consultores legais, a administração da Companhia é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pela Companhia têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e a provisão para contingências foi avaliada pela administração como adequada em face às perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências. **b. Não provisionadas:** A Companhia é parte passiva em determinadas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, que por terem sido consideradas de probabilidade possível (ou possível com viés de remoto à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento sobre Tributos sobre o Lucro), pela administração e seus consultores jurídicos, não foram provisionadas contabilmente. Referidas contingências e riscos não provisionados incluem:

	2026	2025
Processos tributários	326.042	383.535
Processos cíveis	7.708	5.123
Processos trabalhistas	6.318	3.669
Processos ambientais	22.097	11.266
	362.165	403.593

Processos tributários
Dentre as demandas tributárias consideradas como perda possível ou possível com viés de remoto, destacam-se: (a) Cobrança de ICMS em decorrência de: (i) suposta perda de diferimento nas saídas interestaduais e aplicação do regime administrativo cautelar nas operações no Mato Grosso; (ii) cobrança de ICMS DIFAL; (iii) suposto creditamento indevido; (iv) exportações supostamente não comprovadas; (v) suposta manutenção de passivo fictício; e (vi) cobrança de ICMS em operação com ICMS diferido no montante de R$ 166.105 em 31 de março de 2026 (R$ 210.698 em 31 de março de 2025); (b) Declarações de compensação e pedidos de ressarcimento não homologados e respectiva multa isolada de 50% envolvendo o crédito de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais. O total envolvido nos processos é de R$ 148.084 em 31 de março de 2026 (R$ 155.218 em 31 de março de 2025); e (c) Cobrança de contribuição previdenciária da agroindústria em razão da reapuração das bases de cálculo desta contribuição e da contribuição para o SENAR, nelas incluindo de forma equivocada, valores que não compõem a receita bruta proveniente da produção rural ou agroindustrial. Os processos dessa natureza somam R$ 11.853 em 31 de março de 2026 (R$17.619 em 31 de março de 2025). ***Tratamentos fiscais incertos:*** Na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (IRPJ e CSLL), a Companhia avalia se há qualquer posição fiscal incerta e, caso não seja provável (mais que 51%) que será obtido êxito em decisões de tribunais superiores de última instância sobre a posição, a Companhia deve constituir provisão para o referido passivo tributário. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. ***Processos trabalhistas:*** Em 31 de março de 2026, a Companhia era parte envolvida em 88 (55, em 31 de março de 2025), processos trabalhistas com prognóstico de perda possível. As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) indenização por danos morais; (ii) tempo à disposição; (iii) diferença de horas extras; (iv) intervalo intrajornada; (v) adicional de periculosidade e insalubridade; e (vi) descanso semanal remunerado. ***Processos cíveis e ambientais:*** Em 31 de março de 2026, a Companhia era parte envolvida em 68 (48 em 31 de março de 2025), processos cíveis com prognóstico de perda possível. As demandas cíveis têm como principais pedidos indenizações por dano material e moral e ações de cobrança. **c. Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências ativas e passivas, apresentados no ativo não circulante. Os depósitos judiciais são apresentados líquidos das provisões para contingências para os quais eles estão cobrindo.

	2026	2025
Processos tributários	1.858	918
Processos cíveis	2.316	2.362
Processos trabalhistas	1.433	1.652
Outros	19	19
	5.626	4.951

26. Receitas

	2026	2025
Receita bruta		
Mercado interno		
Etanol hidratado	1.510.486	1.826.566
Etanol anidro	1.381.063	1.204.463
Energia elétrica	198.890	297.434
CBIOs	94.137	4.864
Outras vendas	24.827	11.923
	3.209.403	3.345.250
Mercado externo		
Etanol hidratado	353.833	68.005
Etanol anidro	–	7.919
	353.833	75.924
Receita bruta total	3.563.236	3.421.174
(–) Tributos sobre vendas	(184.744)	(198.910)
(–) Frete sobre vendas	(154.547)	(133.200)
(–) Armazenagem	(42.646)	(30.406)
(–) Devoluções	(6.365)	(1.660)
Receita líquida total	3.174.934	3.056.998

27. Despesas e custos dos produtos e serviços vendidos por natureza

	2026	2025
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(690.347)	(631.394)
Despesas com pessoal	(314.196)	(300.795)
Serviços de terceiros	(197.647)	(150.155)
Materiais para revenda	(32.512)	(35.072)
Taxas e encargos de energia	(52.179)	(48.353)
Outras despesas	(17.095)	(16.225)
	(1.303.976)	(1.181.994)
Depreciações e amortizações:		
da planta portadora	(270.218)	(246.718)
de ativos biológicos colhidos	(451.044)	(348.041)
de direito de uso	(199.803)	(178.103)
de ativos tangíveis e intangíveis	(491.407)	(522.598)
	(1.412.472)	(1.295.460)
Variação do valor justo do ativo biológico	(1.103)	151.336
	(2.717.551)	(2.326.118)
Classificados em:		
Custo dos produtos vendidos	(2.539.646)	(2.120.811)
Despesas com vendas	(16.954)	(9.840)
Despesas administrativas e gerais	(160.951)	(195.467)
	(2.717.551)	(2.326.118)

28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2026	2025
Outras receitas:		
Venda de ativos imobilizados, líquidas - Nota 13 (b)(iii)	17.425	3.305
Sinistros	3.235	2.784
Reversão passivos contingentes (i)	133	14.878
Receitas de superveniências (iii)	11.919	10.031
Dividendos recebidos	170	122
Receitas com penalidades contratuais	2.611	3.265
Receitas com programas de pontos	183	–
Outras receitas	5	312
	35.681	34.697
Outras despesas:		
Provisão para perdas de crédito esperadas	(623)	(214)
Efetivação perda créditos tributários	(2.131)	–
Efetivação de perdas em títulos a receber	(2)	–
Multa ANEEL (ii)	–	(17.360)
Multas não recorrentes (i)	(202)	(1.432)
Efetivação de perdas em processos judiciais	(10.127)	(28.157)
Baixa do valor residual de ativos - Nota 13(b.i)	(14.996)	(113.221)
Indenizações pagas	(260)	(680)
Débitos tributários extemporâneos	(798)	–
Outras despesas	(589)	(1.191)
	(29.728)	(162.255)
	5.953	(127.558)

(i) No comparativo, refere-se, substancialmente, à reversão dos processos trabalhistas e tributários, os quais a Administração realizou acordo para pagamento inferior ao valor provisionado. Com isso, os valores foram estornados até o limite do novo valor acordado entre às partes. (ii) Refere-se às multas pagas pelo não cumprimento dos volumes mínimos de faturamento de energia na modalidade Leilão de Energia de Reserva (LER). (iii) No decorrer das safras 24/25 e 25/26, a Companhia realizou o reconhecimento extemporâneo de créditos tributários, sendo eles relacionados principalmente ao crédito presumido de PIS e COFINS sobre o ICMS incidente sobre as aquisições de produtos intermediários essenciais às atividades da Companhia.
29. Resultado financeiro, líquido

	2026	2025
Receitas financeiras:		
Juros ativos	18.785	17.746
Variação monetária ativa	82	318
Rendimento com aplicações financeiras	58.927	56.706
Descontos obtidos	1.223	1.513
	79.017	76.283
Despesas financeiras:		
Juros passivos e variação monetária passiva	(296.560)	(212.561)
Ajuste a valor presente	(120.633)	(101.939)
Amortização do valor justo Tranche A - Nota 17	(34.444)	(34.444)
Tributos e encargos sobre operações financeiras	(4.641)	(428)
Despesas e comissões bancárias	(476)	(841)
Ajuste a valor de mercado	(7)	(37)
Outras despesas financeiras	–	(132)
	(456.761)	(350.382)
Variações cambiais, líquidas:		
Variação cambial ativa	18.039	3.525
Variação cambial passiva	(30.541)	(3.735)
	(12.502)	(210)
	(390.246)	(274.309)

30. Cobertura de seguros: Os seguros da Companhia são contratados conforme política estabelecida pela Administração do Grupo Atvos e garantias vigentes. A Companhia integra o programa de segurança operacional, o qual visa a melhoria contínua da operação e da segurança de seus colaboradores, com foco em treinamento e capacitação dos times, visando, entre outros objetivos, a redução dos riscos de acidentes. Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia possui contratos de seguros com coberturas para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades, sendo as principais coberturas/apólices destacadas abaixo:

Item	Riscos cobertos	Grupo Atvos (i) 2026	Grupo Atvos (i) 2025
Risco Operacional (ii)	Riscos operacionais - "*All Risks*" (cobertura contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza, todo o estoque de açúcar e etanol, edificações, equipamentos e instalações), bem como lucros cessantes (cobertura contra a interrupção do negócio, decorrente de dano material coberto pela apólice).	1.265.000	1.265.000
Responsabilidade Civil Geral	Responsabilidade civil geral limite máximo de indenização de R$ 112.000 por evento, sendo R$ 80.000 para cobertura básica e R$ 32.000 para custo de defesa e despesa de contenção de sinistro, limitado a R$ 224.000, com os mesmos sublimites apartados.	224.000	160.000
Responsabilidade Civil Ambiental	Garantir a proteção financeira em caso de danos ao meio ambiente decorrentes das atividades do Grupo. Essa apólice visa ressarcir os prejuízos, incluindo custos de remediação, limpeza e monitoramento, bem como eventuais danos a terceiros, incorridos por poluição ambiental.	3.000	1.000
D&O	D&O (responsabilidade civil de administradores, diretores e/ou conselheiros), com limite máximo de indenização na apólice primária de R$50.000, com apólice de excesso limitada à R$ 120.000.	170.000	150.000
Seguro de Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética	Proteger o Grupo contra os riscos financeiros e reputacionais resultantes de ataques cibernéticos, violações de dados e outras ameaças digitais.	10.000	5.000

(i) Corresponde ao valor máximo de cobertura para diversas localidades seguradas das empresas do Grupo Atvos. (ii) Nas coberturas relativas a danos materiais (riscos operacionais) não estão incluídos riscos vinculados à veículos e máquinas e equipamentos agrícolas, pois eles possuem apólice específica, tendo como referência 100% da tabela FIPE para os veículos, e, para riscos diversos de máquinas e equipamentos agrícolas, o valor em risco coberto totaliza R$ 939.616. A administração considera os seguros contratados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.
31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do etanol estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros. Se necessário, instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de etanol da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros, assim como a adoção da prática da contabilidade de *hedge*. **31.1 Riscos de mercado: *a. Risco cambial:*** A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas. A Companhia está exposta diretamente à variação cambial relativa principalmente a valores a receber resultante de receitas de exportação e dívidas contratadas indexadas em moeda estrangeira, substancialmente em dólares-americanos, assim como indiretamente pelo impacto em certos custos de produção relacionados a insumos agrícolas indexados nesta moeda. Se necessário, esse risco é administrado, por meio da contratação de ("NDFs - *Non deliverable forwards*") e/ou contratos de *swaps*. Cabe ressaltar que as decisões são tomadas a partir do resultado líquido da exposição cambial (ativos menos passivos). As operações, quando efetuadas, são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. *Ativos e passivos expostos à variação cambial:* O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras atuais:

	2026	Milhares de US$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	53.669	10.283
Contas a receber de clientes	61.629	11.808
Total dos ativos	115.298	22.091
Passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	2	–
Total dos passivos	2	–
Subtotal ativo (passivo)	115.296	22.091
(–) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	–	–
Exposição líquida	115.296	22.091

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de contabilidade *hedge* da Companhia. Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras atuais à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R$ 5,2194, por US$1,00 para os ativos e para os passivos. ***b. Risco de volatilidade no preço de etanol:*** A Companhia está exposta à flutuação do preço do etanol no mercado interno relativo às receitas operacionais de venda do produto. A proteção da exposição à variação do preço de etanol, quando necessária, é feita por meio de instrumentos financeiros que tenham aderência e correlação direta ou indireta com os preços de etanol ou contratos futuros de Etanol Hidratado na bolsa de mercadorias futuras da B3. A exposição líquida desses instrumentos está divulgada na nota explicativa nº 31.1(d). Em 31 de março de 2026, a Companhia não possuía contratos em aberto dessas operações. Em 31 de março de 2025, a Companhia possuía contratos em aberto de futuros e *swap*, bem como possuíam resultado represado no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial, que tem como objeto de *hedge* as vendas esperadas altamente prováveis. ***c. Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:*** A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas, sendo que parte substancial da alavancagem teve sua atualização monetária e indexação, quando aplicável, fixadas em razão da PRJ (Nota explicativa nº 17). No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural de parte importante do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, e que as dívidas vinculadas ao PRJ também têm indexações pós fixadas (principalmente CDI). Quanto à moeda estrangeira, nos empréstimos e financiamentos, os riscos de flutuação de taxa de juros e moeda são mitigados, se necessário, através das aplicações financeiras *offshore* e pelas receitas de exportações, estando também a Companhia, conforme anteriormente comentado, apta a contratar NDFs ou contratos de *swaps*. *Análise de sensibilidade dos riscos de mercado:* Para a análise de sensibilidade do exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia considerou no cenário provável as taxas de juros projetadas dos próximos 12 meses para sensibilidade de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, conforme taxas abaixo (fonte Boletim Focus) e as projeções de dólar americano para 31 de março de 2026 para sensibilidade dos saldos em moeda estrangeira. O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças dos fatores de risco de câmbio. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*:

Instrumento	Fator de risco	Exposição Valor	Cenário provável Taxa	Cenário provável Valor
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	US$	53.669	5,4500	2.371
Contas a receber de clientes	US$	61.629	5,4500	2.723
Fornecedores	US$	(2)	5,4500	–
Impacto adicional no resultado do exercício				5.094

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças das taxas de juros:

Instrumento	Fator de risco	Exposição Valor	Cenário provável %	Cenário provável Valor
Aplicações financeiras - Nota 5(a)	100% CDI	177.893	10,50%	18.679
Aplicações financeiras - Nota 5(b)	100% CDI	43.362	10,50%	4.553
Empréstimos e financiamentos	100% CDI	(1.854.460)	10,50%	(194.718)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(171.486)

d. Instrumentos financeiros e Hedge accounting: A Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Como objeto de *hedge* foram consideradas as vendas esperadas altamente prováveis (vendas futuras), e como instrumento os pagamentos esperados das dívidas em moeda estrangeira (indexadas ao dólar americano). Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que as designações para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz. Em relação aos *hedges* de etanol, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras do produto. Estas operações são realizadas nas bolsa B3 e Chicago, com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes. Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), *Swaps* e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e dentro dos critérios de Gestão de Risco mencionados no item 31.2. Nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2026 e 2025, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

continua →★

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 20/07/2026 22:40:03 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://www.diariodenoticias.com.br/publicidade-legal/index.php*

Docusign Envelope ID: 9ACBDEAB-347A-86E3-80F8-F95E7478A31A

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de março de 2026 - Atvos Bioenergia Brenco S.A. *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

				2026
	Valor /Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (nocional) - R$	Valor justo (Fair value) - R$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem (i)				22.710
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				22.710

				2025
	Valor /Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (nocional) - R$	Valor justo (Fair value) - R$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem (i)				1.020
Contratos a termo de moeda (NDF/Swap)				
- Dólar - Balcão				
- Compromissos de venda	18.874	5,7790	113.087	3.078
Subtotal de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante - Ganho				3.078
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				4.098
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Soja - Bolsa				
- Compromissos de compra	49.669	146,74	7.288	308
Contratos a termo de moeda (NDF/Swap)				
- Dólar - Balcão				
- Compromissos de compra	1.196	–	7.392	304
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				612
No passivo não circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Etanol - Bolsa				
- Compromissos de compra	680	153,87	105	3
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				3

(i) O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro. Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades. A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações financeiras atuais, é como segue:

	2026			2025		
	Ativo	Passivo	Total em outros resultados abrangentes	Ativo	Passivo	Total em outros resultados abrangentes
Instrumentos financeiros:						
Derivativos de mercadorias						
- NDF/Swap	–	–	–	–	311	(311)
Derivativos de câmbio - NDF/Swap	–	–	–	3.078	304	2.774
	–	–	–	3.078	615	2.463
Tributos diferidos sobre os itens acima	–	–	–	(1.047)	–	(1.047)
	–	–	–	2.031	615	1.416

Nas demonstrações financeiras atuais os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

					2025
	Safra 25/26	Safra 26/27	Safra 27/28	Safras futuras	Total
Instrumentos financeiros derivativos:					
Derivativos de mercadorias - NDF/Swap	(308)	(3)	–	–	(311)
Derivativos de câmbio - NDF/Swap	2.774	–	–	–	2.774
	2.466	(3)	–	–	2.463
Tributos diferidos sobre os itens acima	(1.047)	–	–	–	(1.047)
	1.419	(3)	–	–	1.416

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos em outros resultados abrangentes durante o exercício:

	2026	2025
Saldo no início do exercício	1.416	–
Movimentações ocorridas no exercício:		
Designação como *hedge accounting*		
- Valor justo de futuros de commodities	312	(312)
- Valor justo de futuros de câmbio	(2.774)	2.774
Total das movimentações ocorridas no período (antes dos tributos diferidos)	(2.462)	2.462
Efeito dos tributos diferidos nos ajustes de avaliação patrimonial (i)	1.046	(1.046)
Saldo no final do exercício	–	1.416

(i) A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre o *hedge accounting* por não terem histórico de lucros tributáveis futuros. **31.2 Risco de crédito:** A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

	2026	2025
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	57.612	17.770
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	177.893	210.076
Caixa e equivalente de caixa (margem de garantia)	22.710	1.020
Aplicações financeiras	43.362	128.498
Instrumentos financeiros derivativos	–	3.078
Contas a receber de clientes	151.731	270.924
Outros créditos, exceto pagamentos antecipados	148.305	11.072
	601.613	642.438

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado. **31.3 Risco de liquidez:** O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo. O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreados em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado. Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

			Fluxo contratual		
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos
Em 31 de março de 2026					
Fornecedores	289.619	289.619	289.177	442	–
Empréstimos e financiamentos	1.693.125	2.269.520	1.794	204.096	2.063.630
Passivos de arrendamento	1.031.366	1.738.636	331.860	531.671	875.105
Partes relacionadas	319.852	319.852	–	–	319.852
Adiantamentos de clientes	9.817	9.817	9.817	–	–
Outros débitos	19	19	19	–	–
	3.343.798	4.627.463	632.667	736.209	3.258.587
Em 31 de março de 2025					
Fornecedores	261.902	261.902	261.480	422	–
Empréstimos e financiamentos	1.370.751	1.981.591	4.273	135.087	1.842.231
Passivos de arrendamento	1.082.342	1.643.972	292.544	516.460	834.968
Instrumentos financeiros derivativos	615	615	612	3	–
Partes relacionadas	271.158	271.158	89	–	271.069
Adiantamentos de clientes	56.536	56.536	56.536	–	–
Outros débitos	19	19	19	–	–
	3.043.323	4.215.793	615.553	651.972	2.948.268

31.4 Gestão de capital: O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento do índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A Companhia monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem (*leverage*), representado pelo capital de terceiros dividido pelo capital próprio. O capital de terceiros, que compreende a dívida líquida (*net debt*) da Companhia, é calculado considerando o total dos empréstimos e financiamentos com o mercado (líquidos de custo de transação), reduzido de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações e títulos mantidos como garantia para itens de endividamento e dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção do endividamento. O capital não é administrado no nível individual da Companhia, somente ao nível consolidado do Grupo Atvos. **31.5 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros:** ***a. Classificação:*** A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Classificação	2026	2025
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	Custo amortizado	57.612	17.770
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio do resultado	177.893	210.076
Caixa e equivalente de caixa (margem de garantia)	Valor justo por meio do resultado	22.710	1.020
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	43.362	128.498
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo instrumentos de hedge	–	3.078
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	151.731	270.924
Depósitos judiciais	Custo amortizado	5.626	4.951
Partes relacionadas	Custo amortizado	176.436	26.016
Outros créditos, exceto pagamentos antecipados	Custo amortizado	148.305	11.072
Total dos ativos		783.675	673.405
Passivos financeiros			
Fornecedores	Outros passivos financeiros	289.619	261.902
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	1.693.125	1.370.751
Passivos de arrendamento	Outros passivos financeiros	1.031.366	1.082.342
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo instrumentos de hedge	–	615
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	319.852	271.158
Adiantamentos de clientes	Outros passivos financeiros	9.817	56.536
Outros débitos	Outros passivos financeiros	19	19
Total dos passivos		3.343.798	3.043.323

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. ***b. Valor justo:*** A tabela a seguir apresenta os níveis na hierarquia do valor justo dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo. O Contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como mantidos para venda, não estão incluídos na tabela abaixo, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2026			2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	–	177.893	–	–	210.076	–
Caixa e equivalente de caixa (margem de garantia)	–	22.710	–	–	1.020	–
Aplicações financeiras	–	43.362	–	–	128.498	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–	3.078	–
	–	243.965	–	–	342.672	–
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	–	1.598.300	–	–	1.145.117	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–	615	–
	–	1.598.300	–	–	1.145.732	–

(i) O valor justo dos empréstimos classificados no circulante se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa efetiva de cada operação contratada e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo. Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3. *Mensuração do valor justo:* O valor justo de ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes que desejam negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a seguir: O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos financeiros, contas a pagar e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O valor justo de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis. O valor justo dos instrumentos financeiros passivos da Companhia se aproxima do valor contábil, uma vez que estão sujeitos a taxas de juros variáveis e não houve alteração significativa no risco de crédito da Companhia. Os instrumentos de *hedge* são avaliados por meio de técnicas de avaliação com dados de mercado observáveis e referem-se, principalmente, a *swaps* e NDF. As técnicas de avaliação aplicadas geralmente incluem modelos de precificação e contratos, com cálculos de valor presente. Os modelos incorporam vários dados, incluindo a qualidade de crédito das contrapartes, câmbio à vista e taxas futuras e curvas de taxas de juros. *Outros ativos e passivos financeiros:* Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos. **32. Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:** A seguir relacionamos as transações no exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Nota	2026	2025
Adição total de imobilizado	13	949.341	813.385
Adição de planta portadora em formação	13	(547.805)	(366.051)
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa		(20.001)	–
		381.535	447.334
Adição de planta portadora em formação	13	547.805	366.051
Planta portadora em formação sem efeito caixa		(8.803)	–
		539.002	366.051
Variação em Fornecedores		27.717	13.508
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa		(20.001)	–
Planta portadora em formação sem efeito caixa		(8.803)	–
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas sem efeito caixa		(2.384)	–
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento e parcerias agrícolas sem efeito caixa		(1.680)	–
		(5.151)	13.508
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas	15 (b)	(186.346)	(148.233)
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas sem efeito caixa		2.384	–
		(183.962)	(148.233)
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento e parcerias agrícolas	15 (b)	(133.737)	(113.056)
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento e parcerias agrícolas sem efeito caixa		1.680	–
		(132.057)	(113.056)

Diretoria

Bruno Pessoa Serapião - CEO

Julio Enrique Varela Gubitosi - CFO

Contadora

Amanda Moyses Miranda - CRC/SP nº 342 440/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Atvos Bioenergia Brenco S.A. São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Atvos Bioenergia Brenco S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atvos Bioenergia Brenco S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 26 de junho de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 20/07/2026 22:40:10 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://www.diariodenoticias.com.br/publicidade-legal/index.php*